

Novo programa de cortes no setor público

GAZETA MERCANTIL

12 DEZ 1990

por Claudia Safatle
de Brasília

O governo prepara um pacote de 25 atos, entre decretos presidenciais e projetos de lei, a serem divulgados nos próximos dias.

O objetivo é promover um ajuste fiscal equivalente a cerca de 1,5% do Produto Interno Bruto (PIB). Como o PIB é estimado em Cr\$ 30,15 trilhões a preços de maio último, o corte deve ser de mais ou menos Cr\$ 450 bilhões, também a preços de maio último.

A intenção é equilibrar as contas do setor público para 1991, com ênfase no corte dos gastos, embora seja prevista alguma elevação das receitas.

O Orçamento Geral da União e o programa de gastos das empresas estatais são os dois alvos principais dos cortes de despesas. Além de montar uma estrutura no Ministério da Economia capaz de intervir nos métodos de gestão das empresas públicas, os atos governamen-

tais determinarão cortes lineares de gastos com custeio — na faixa de 10% sobre o realizado neste ano — e mais uma rodada de reduções na intenção de investimentos. O programa de dispêndio das estatais para 1991 estima investimentos da ordem de 2,28% do PIB. O governo vai cortar investimentos da ordem de 0,1% do PIB (pouco mais de Cr\$ 30 bilhões, a preços de maio).

Uma parte pesada da redução de despesas ficará por conta da administração direta. Como o Orçamento Geral da União para 1991, em apreciação no Congresso Nacional, foi elaborado tendo como perspectiva um crescimento de 3% na atividade econômica, e como agora a melhor das hipóteses recomenda trabalhar, para 1991, com crescimento zero do PIB, o governo pretende colocar um freio no processo costumeiro da administração direta de assumir compromissos de gastos com base em empenhos de dotações orçamentárias.

Todo esse conjunto de providências fiscais foi levado ontem pela ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, ao presidente Fernando Collor de Mello, no Palácio do Planalto. A intenção é que de 80 a 90% das dotações orçamentárias de cada ministério fiquem indisponíveis para empenhos. Além disso, diversos programas de investimentos deverão ser eliminados, a construção de um submarino nuclear, assim como um leque de programas da Secretaria de Desenvolvimento Regional, que deveria ser um órgão enxuto e hoje estaria tomando proporções de ministério. Empresas públicas sem função, mas ainda com dotação orçamentária, também terão que desaparecer (a Ceplac, que cuida da política do cacau, e a Valec, criada para administrar a ferrovia Norte-Sul, são dois exemplos).

Neste ano, as estatais vão comparecer na contabilidade do setor público com um déficit no conceito operacional (de necessidade de financiamento) superior a 1% do PIB. Para 1991, o Ministério da Eco-

nomia quer que as contas estejam absolutamente equilibradas.

O cerne das mudanças é fazer com que o Tesouro Nacional opere, efetivamente, como o acionista majoritário dessas empresas. Para isso, pretende disciplinar salários ("existem empresas estatais tecnicamente quebradas e concedendo reajustes salariais", comentou uma fonte qualificada do governo a este jornal), evitar que distribuam dividendos aos demais acionistas sem que tenham pago dívidas, e, se necessário, apropriar-se de uma parcela do lucro dessas empresas.